

Ciência, informação, verdade e universalidade: a propósito de "A violência política na América Latina"

Sérgio Adorno

O estudo do prof. Gláucio Ary Dillon Soares é, sem dúvida, uma importante contribuição às ciências sociais e, mais particularmente, à bibliografia relativa à violência política na América Latina. Seus méritos não são poucos e sequer irrelevantes. Ele aborda com propriedade a literatura nacional e estrangeira, revelando amplo domínio dos estudos americanos, latinoamericanos e brasileiros sobre o tema. É convincente nos argumentos apresentados quando cuida de problematizar a fidedignidade das fontes "globais", via de regra tomadas sem qualquer apreciação crítica, como porta-vozes de "verdades" consideradas universais e evidentes por si próprias. Ao problematizá-las e apontar para seu viés político-ideológico, deslindando seus limites e circunscrevendo sua intencionalidade conservadora, o estudo aborda um dos "clássicos" e espinhosos problemas das ciências sociais: o da objetividade do conhecimento científico da realidade social, visto sob o prisma da precisão metodológica.

Vivemos uma época de ampla difusão da informática nessas ciências. Um de seus indicadores é a rápida expansão dos bancos de dados estatísticos, bibliográficos, noticiosos, nos centros de investigação e universidades. Há mesmo, subjacente a essa expansão, um entusiasmo algo pueril, como se o emprego desses recursos tivesse o condão mágico de resolver problemas tão complexos como os pertinentes à natureza e ao tratamento das fontes primárias de informação. De fato, a febre de "modernização científica" parece ter-se espalhado a ponto de reduzir o essencial do debate à potencialidade dos *hardwares* e *softwares*. "Diga-me de quantos equipamentos você dispõe em seu centro e poderei fazer um julgamento quanto à qualidade de sua equipe de pesquisa." Essa parece ser uma lei que vai pouco a pouco se impondo, alimentando a competição entre centros e universidades e contaminando a mentalidade daqueles encarregados de produzir avaliações acadêmicas e distribuir recursos de pesquisa. Evidentemente, não se trata aqui de fazer procissão contra a marcha inexorável da "modernização científica" por que passam as ciências sociais na atualidade, nem mesmo de estabelecer um divisor de águas entre pesquisa artesanal e empresarial, entre passado e presente. Em qualquer modalidade de produção de conhecimento o emprego de recursos modernos e sofisticados é desejável, desde que eles não se voltem contra o criador, dominando-o como se fossem um fim em si próprio. Neste terreno, estamos diante do mesmo perigo para o qual, há cerca de três décadas, Wright Mills(1) chamava a atenção quando cuidava de problematizar as tendências dominantes nas ciências sociais no mundo acadêmico norte-americano: a burocratização estéril do conhecimento e o esfacelamento da imaginação sociológica.

Pois bem, ao fazer uma crítica das principais fontes de informação - particularmente do alcance limitado dos bancos proporcionados pelo *New York Times (NYTI)* e pelo *World Handbook of Political and Social Indicators (WHPSI)* -, o estudo penetra nessa seara e o faz ao menos em dois sentidos: primeiro, ao sugerir que maior sofisticação técnica não é, em princípio, sinônimo de maior credibilidade científica; segundo, ao questionar a suposta isenção axiológica de que se julgam investidas as fontes dotadas de reconhecimento internacional. Toda a argumentação do

prof. Gláucio converge justamente para esse último sentido. Nenhuma fonte de informação é construída fora de um universo de valores. Sobretudo quando está em foco um fenômeno tão sensível a inferências ideológicas como é o da violência política. Mais do que isso, ele sugere o quanto os "dados" da realidade social prestam-se a interpretações, segundo pontos de vista determinados, nenhuma delas suficientemente forte para produzir uma compreensão total e irreduzível da realidade social. A interpretação é constitutiva mesma da construção, inclusive explicativa, da realidade social, não podendo por isso ser ignorada ou descartada como se fosse o joio a ser separado do trigo.

E sob essa perspectiva que a crítica bem fundamentada das fontes primárias de informação se coloca. O estudo é, nesse particular, didático. Mapeia pormenorizadamente os principais problemas relacionados à "subnotificação" de fatos, à comparabilidade de universos empíricos distintos, à generalização de resultados a partir de uma análise estatística discutível e deficitária, à inadequação conceitual) motivada, entre outros aspectos, pelo desconhecimento - intencional ou não - das dimensões culturais subjacentes à definição mesma da violência política, bem como à imprecisão das categorias de classificação utilizadas, tudo contribuindo para turvar a fidedignidade das informações coletadas, armazenadas e processadas e que norteiam não poucas análises de experimentados cientistas sociais. Sem qualquer conotação pejorativa, o texto é uma verdadeira aula de "etiqueta" ou de "boas maneiras" que devem nortear o comportamento de quem quer que pretenda desenvolver uma "vocação" para cientista social. É, nesse particular, oportuno, em uma época em que a "crise" das ciências sociais impõe não apenas uma reflexão sobre novos caminhos mas também uma retomada da "tradição" do acervo de conhecimentos acumulados no tempo que revelaram ser marca de nossas ciências.

Concordo, por assim dizer, em gênero, número e grau com as ponderações contidas no estudo. Subscrevo as críticas relativas à parcialidade das fontes "globais" em sua pretensão de universalidade, sobretudo quando cotejadas com as fontes locais e regionais. Compartilho das precauções acuradas quanto à possibilidade de se efetuar comparações entre universos empíricos distintos, notadamente aquelas pertinentes às determinações espaciais, temporais e categoriais. Julgo pertinente a questão conceitual proposta. Certamente, a magnitude dos eventos violentos deve alterar-se quando, consideradas as particularidades históricas das sociedades latino-americanas, se alarga o conceito de violência política para contemplar fatos não considerados pelas fontes "globais" como pertinentes à luta pela terra, a tortura, os desaparecimentos. A par dessas qualidades, o estudo apresenta simultaneamente um significativo histórico das fontes de informação disponíveis para o estudo da violência política, como também amplia sobremodo nosso conhecimento comparativo da violação de direitos humanos na América Latina.

Não obstante esses méritos, o estudo suscita algumas indagações. Gostaria de identificar algumas delas. Primeiramente, penso que o estudo do prof. Gláucio procura desconstruir a imagem que as fontes "globais" buscaram ou ainda buscam impor à comunidade científica dos países periféricos como sendo aquelas que dispõem por excelência de legitimidade porque estão menos comprometidas com as lutas locais e podem, dessa forma, observar os fatos friamente sem qualquer conotação passional ou inclinação políticoideológica prévia. Também porque passaram por uma experiência de "pacificação civilizatória", para lembrar Norberto Elias,(2) que não teria de fato se verificado nas sociedades latino-americanas, o que torna aquelas fontes autorizadas a falar pelos outros. Ao desconstruir essa imagem, o estudo perfila a esteira de tantos estudos que até recentemente pretenderam fraturar essa imagem hegemônica, invertendo a ótica pela qual se podia reconstruir a história social e política da América Latina. Em lugar do "etnocentrismo científico" que explica a periferia do mundo capitalista como mero epifenômeno do que se passa nos seus centros avançados, cuidou-se de examinar essa história sob um outro olhar que permitisse iluminar as zonas de sombra e os ângulos ocultos que as lentes do etnocentrismo obscureciam. Em outras palavras, procurou-se inverter a relação centro-periferia. Nada disso é, em princípio, censurável. No entanto, essa postura metodológica também conduz a impasses, quando tomada unilateralmente.

Se, por um lado, pode-se negar "às fontes localizadas nos países centrais a validade universal que lhes é atribuída", tal assertiva não significa que se deva atribuir estatuto de universalidade aos fatos locais ou regionais e mesmo que todas as fontes "globais" persigam os mesmos propósitos universalizantes. O problema parece-me de outra natureza. Diz respeito aos fins político-ideológicos que envolvem a fonte produtora de informações e, nessa medida, requer uma discussão a respeito do que, em verdade, se entende por universalidade. Se formos acompanhar o cotidiano político das sociedades "centrais", certamente identificaremos um infindável número de violências que não possui repercussão fora do círculo regional em que elas são divulgadas. Ao que tudo indica, para algumas agências "globais" a universalidade é sinônimo de "repercussão internacional", entendida pela capacidade de determinada notícia se

transformar em evento de impacto na mídia e na opinião pública. Depende, portanto, da política "editorial" desta ou daquela agência, do poder de fogo, digamos assim, de que ela dispõe no sentido de influenciar essa opinião e atingir um maior número de pessoas. É possivelmente outro o entendimento para as agências regionais ou locais e para os movimentos de defesa de direitos humanos. Em particular, para essas agências a "repercussão internacional" tem a ver com a intensidade da violência, com o número de pessoas atingidas, com o flagrante desrespeito a direitos consagrados "universalmente".

Nesse sentido, a par dos problemas apontados, a comparação não pode prescindir de uma crítica que considera o solo mesmo em que tal pretensão de universalidade foi construída. Impõe-se, antes, problematizar as categorias que sustentam a comparação: as categorias de periferia e centro, descontinuando os efeitos ideológicos, numa palavra, os efeitos de "saber" e "poder" que elas produzem.

Sob essa perspectiva, parece frágil reputar às barreiras de idioma os problemas sabiamente apontados. Não se pretende minimizá-las. Os antropólogos seguramente possuem argumentos sólidos para não desmenti-las. Todavia, com a intensificação da comunicação internacional, com a multiplicação de correspondentes locais - muitos dos quais vivendo anos em contato com as sociedades "periféricas" - e com a criação de um público de leitores bilíngües tornando as traduções um hábito que no limite aperfeiçoa o mútuo entendimento, as barreiras idiomáticas tendem a ser parcialmente superadas, não justificando *per se* o caráter seletivo das notícias por parte das agências "globais".

De igual modo, impasses no que diz respeito à censura. O prof. Gláucio tem razão ao afirmar que a censura à imprensa, durante a vigência de regimes autoritários na maior parte dos países latino-americanos, limitou a veiculação de notícias de violação de direitos humanos tanto nesses países quanto nos países "centrais", argumento empregado para contestar a suposta isenção e compromisso com a "verdade" das agências "globais". Porém, justiça seja feita, muitas informações que circulavam pela imprensa internacional eram censuradas pela imprensa local e regional, esta sob severa vigilância por parte dos regimes ditatoriais. E de onde provinham tais informações? Como se, sabe, a despeito da repressão que aniquilou a dissidência política, fenômeno que adquiriu maior ou menor intensidade em diferentes países latino-americanos, as redes de informações entre clandestinos e exilados se mantiveram, apesar das dificuldades. Foram elas que alimentaram e continuam alimentando agências internacionais de direitos humanos, como a Anistia Internacional e a America's Watch. Foram também responsáveis pela repercussão internacional adquirida por denúncias de torturas, assassinatos e desaparecimentos.

Um outro problema, relacionado ao anterior, merece ser apontado ainda que esteja grosso modo contemplado no estudo do prof. Gláucio. Os impasses categoriais e conceituais indicados não se devem a contrastes culturais in abstracto. É preciso nomeá-los com certa precisão. E, em se tratando de violência política, parece ser no terreno da cultura política que essas diferenças devam ser percebidas. As agências "globais" circunscrevem o seu universo de notícias no interior de uma tradição, por assim dizer, anglo-saxônica de direitos civis, sociais e políticos, "inventada" a partir de uma certa concepção de natureza humana, de sociedade civil, de Estados de Direito, de separação entre público e privado. Para essa tradição, algumas modalidades de violação de direitos humanos são observadas com certo estupor, quando não suscitam a mesma atitude de curiosidade etnocêntrica que os povos colonizadores mantiveram durante séculos diante dos povos colonizados. Como tal, a "seleção" de notícias e de informações que vão integrar os bancos de dados passa pelo crivo dessa tradição. E o que acontece com as sociedades onde essa tradição não foi inventada, ou que passaram por um "processo civilizatório" de outra natureza? Possivelmente a "seleção" obedece a outros critérios.

Finalmente, gostaria de indagar se as agências noticiosas - imprensa de modo geral - constituem de fato fonte segura para mensurar, com precisão estatística, fenômenos sociais. Parece-me que elas não foram social e politicamente constituídas com essas finalidades, razão por que não se pode delas esperar semelhante exigência. Minha experiência, no Núcleo de Estudos da Violência da USP, trabalhando com certa intensidade com bancos de dados noticiosos, tem caminhado nesse sentido. De fato, a "subnotificação" parece rotina. Se determinado fato encontra "evidência" no debate público e nas inquietações coletivas - como o caso da violência criminal urbana, o assassinato de crianças, sequestros etc. -, é sempre possível detectar um crescimento, nem sempre real, do fenômeno. Tal crescimento não acompanha, necessariamente, o crescimento do fenômeno no tempo, que se pode medir por meio de outras fontes de informações. Para que servem, então, esses bancos de dados? Nossa experiência tem demonstrado que eles possuem grande utilidade, quando se deixa de lado a pretensão de mensuração estatística do fenômeno observado. O máximo

que se pode obter, nesse terreno, é a mensuração da intensidade com que o fenômeno é veiculado. De qualquer modo, há uma grande utilidade. Esses bancos oferecem um termômetro do que se passa nas "profundezas" do social. A imprensa não apenas influencia a opinião pública com também expressa opiniões públicas. Ela permite ao pesquisador detectar problemas sociais, oferece "pistas" para a tradução desse problema em questão de investigação sociológica e, mais do que tudo isso - aspecto aliás soberbamente demonstrado no estudo do prof. Gláucio -, aguça a percepção do cientista social para o modo como os problemas são formulados, as opções políticas são encaminhadas, as verdades são produzidas com estatuto de universalidade. Além do mais, dependendo da natureza do objeto focado, a imprensa é capaz de ofertar informações ignoradas ou encobertas pelas fontes "oficiais".

Dois estudos realizados recentemente no Núcleo de Estudos da Violência tiveram oportunidade de enfrentar tal questão. Um estudo sobre assassinatos de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo(3) comparou informações extraídas da imprensa com as extraídas de fontes oficiais, mais particularmente laudos periciais do Instituto Médico-Legal. Dada a "evidência" do fato na imprensa, não se observou profundo hiato entre ambas as fontes de informações. No entanto, paradoxalmente, observou-se que a imprensa era mais completa quanto aos dados indicativos do perfil da vítima e dos possíveis agressores do que os documentos oficiais, tudo sugerindo que a sociedade civil estava mais preocupada com deter a impunidade que cerca esses fatos do que as agências públicas encarregadas de punir os responsáveis pela prática dessa modalidade criminosa. Em outro estudo(4) que teve por objeto os sequestros no Brasil no período de 1985-90, observouse o crescimento da veiculação de notícias ao longo do tempo. No entanto, o hiato entre esse crescimento e aquele expresso pelo registro de ocorrências policiais era bastante acentuado. A imprensa oferecia seguidas e prolongadas matérias a respeito de determinados sequestros que mobilizavam a atenção da opinião pública, seja porque envolviam pessoas de prestígio no mundo econômico, político e cultural, seja em virtude da enorme soma de dinheiro reclamado no resgate. Ao fazê-lo, permitiu estudo detalhado de casos. Neste particular, a imprensa mostrava-se preocupada com os "grandes sequestros", desprezando acontecimentos cotidianos de menor "expressão" social. Essa orientação editorial aguçou a curiosidade pelo estudo desses "pequenos sequestros", que não parecem mover a sensibilidade de ninguém. Seja o que for, os bancos de dados extraídos da imprensa revelam sua utilidade e importância, não devendo por isso ser desprezados.

Notas

1. Cf. Wright Mills, C. (1959), *The sociological imagination*. Nova York, Oxford University Press.
2. Cf. Elias, Norberto. (1987), "Violence and civilization: the State monopoly of physical violence and its infringement", in John Keane (org.), *Civil society and the State*. Londres, Verso. pp. 177-98.
3. Cf. Núcleo de Estudos da Violência NEV-USP (1992), *Assassinato de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo*. Pesquisa realizada, sob a coordenação de Myriam Mesquita Pugliese de Castro, com apoio do Centro Brasileiro para Infância e Adolescência, escritório de São Paulo. São Paulo, mimeo.
4. Cf. Carvalho, Glauber da Silva (1992), *Sob o domínio do medo: os sequestros na sociedade brasileira (1985-1990)*. Pesquisa realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). São Paulo, mimeo.